

**ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE – MG**

**Pregão Eletrônico nº. 031/2022 – Sistema de Registro de Preços  
Processo Licitatório nº 064/2022**

**BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S.A.**, sociedade por ações, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 18.269.125/0001-87, com sede na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais, à Avenida Sócrates Mariani Bittencourt, nº 1080, Bairro Cinco, CEP 32.010-010 (**“Recorrida”**), por seu representante legal adiante assinado, vem através do presente, com fundamento no Item 10.20.15 do Edital do Pregão em referência e no inciso XVIII do Art. 4º da Lei nº 10.520/02, e subsidiariamente, da Lei Federal nº 8.666/93, apresentar

**CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**

interposto pela empresa **DISTRILAF DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (**“Recorrente”**), fazendo-o com base nas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

**I – DAS RAZÕES RECURSAIS DA RECORRENTE**

Trata-se de recurso administrativo interposto pela Recorrente no presente processo licitatório n.º 064/2022, que tem por objeto o registro de preços para aquisição de saneantes hospitalares para atender à demanda das Unidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete, conforme descritivo previsto no item 19 e Anexo I do Edital.

O recurso interposto é absolutamente infundado e merece ser julgado improcedente.

Apesar do enorme esforço da Recorrente, para tentar afastar a classificação da Recorrida, as razões de recurso por ela trazidas visam deturpar as informações técnicas e exigências previstas no instrumento convocatório.

Sem qualquer dificuldade, analisando a proposta/produto ofertado pela Recorrida o mesmo atende às especificações técnicas e descritivo do Termo de Referência e às necessidades desta Administração Pública.

Vale destacar que sequer existe possibilidade de interpretação diversa do que foi exigido no Termo de Referência. Toda a argumentação presente no recurso é baseada em meras presunções, ilações e indícios, fundada em informações inverídicas, **organizadas fora do contexto** ou pinçadas à conveniência dos interesses da Recorrente.

É com clareza solar que Recorrente, irressignada com a sua desclassificação, por não ter ofertado o menor preço, se insurge com alegações, de forma frágil e infundada, quando inequívoco cumprimento de todas as especificações técnicas do produto ofertado pela Recorrida. Tais alegações não merecem prosperar.

## II - DAS CONTRARRAZÕES AO MÉRITO DO RECURSO

No que tange ao mérito, não obstante, não assiste razão a Recorrente, pois os fundamentos apresentados não são suficientes para a efetivação da pretensão recursal.

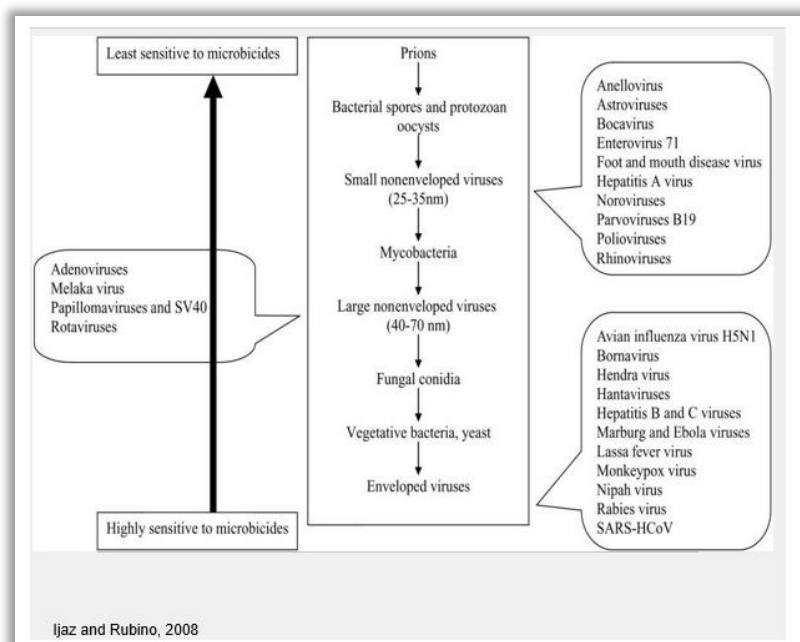
De início, urge ressaltar que o edital é soberano e questionamentos não caberiam nessa etapa do processo, pois as alegações trazidas pela Recorrente em sede de recurso já precluíram, estas reservadas a fase de esclarecimento ou impugnação.

Respondendo ao exposto do recurso, a Recorrente relata que o produto ofertado pela Recorrida não atenderia ao descritivo do edital, que não apresentou qualquer documento que comprovasse a eficácia do produto cotado.

Pois bem. De acordo com o edital à Municipalidade solicitou "DESINFETANTE HOSPITALAR PRONTO PARA USO: 750 ml registrado como nível intermediário a base de quaternário de Amônio de quinta geração".

No caso em tela, esta Administração Pública solicitou um produto de "nível INTERMEDIÁRIO", inclusive se comparado com o produto ofertado pela Recorrida, certamente por ser suficiente para atender os anseios da coletividade, tendo essa empresa seguido o disposto na RDC n.º 700/2022 atualização da RDC 35/2010, a qual para ter esse registro seguimos a tabela de eficácia abaixo:

ANEXO I - Microrganismos teste para comprovação de atividade antimicrobiana	
CLASSIFICAÇÃO	MICROORGANISMOS TESTE
Desinfetante de nível intermediário	<i>Staphylococcus aureus</i> ; <i>Salmonella choleraesuis</i> ; <i>Escherichia coli</i> ; <i>Pseudomona aeruginosa</i> ; <i>Trichophyton mentagrophytes</i> ; <i>Candida albicans</i> ; <i>Mycobacterium smegmatis</i> ; e <i>Mycobacterium bovis</i> (BCG).
Desinfetante de alto nível	<i>Staphylococcus aureus</i> ; <i>Salmonella choleraesuis</i> ; <i>Escherichia coli</i> ; <i>Pseudomona aeruginosa</i> ; <i>Trichophyton mentagrophytes</i> ; <i>Candida albicans</i> ; <i>Mycobacterium smegmatis</i> ; <i>Mycobacterium bovis</i> (BCG); <i>Mycobacterium massiliense</i> ; <i>Bacillus subtilis</i> ; e <i>Clostridium sporogenes</i> .



Desta forma, conforme se observa na imagem acima, os vírus que estão pedindo em edital são os Vírus Encapsulados, que são a "base" da pirâmide, logo, o produto ofertado pela Recorrida é eficaz até contra as Microbactérias, ou seja, se somos eficazes contra algo que é cientificamente mais forte, somos eficazes contra os vírus previsto no descritivo no Item 5 do Termo de Referência.

Essa, portanto, é a própria aplicação do instituto jurídico do “*in eo quod plus est semper inest et minus*”, que se consubstancia no brocardo “quem pode o mais, pode o menos”.

Conclui-se, portanto, que o produto oferecido pela empresa Recorrida atende às especificações constantes no edital, são de qualidade e mantém suas características adequadas a finalidade que se destina, estando, por conseguinte, de acordo com o solicitado por esta Administração, além do melhor custo-benefício.

## II.1 - DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA, ECONOMICIDADE E DO DANO AO ERÁRIO EM CASO DE REFORMA DA ORDEM CLASSIFICATÓRIA DO CERTAME

Como se nota, a reforma da decisão do Sr. Pregoeiro, como pretende a Recorrente, causará grave danos à coletividade e ao erário, posto que esta Administração deixará de contratar empresa com a melhor proposta, e o menor preço.

Isso porque, a diferença de preços entre a proposta da Recorrida e o valor da proposta da Recorrente, chega à ordem de **R\$ 6.600,00 (Seis mil e seiscentos reais), ou seja, 6% acima do menor preço**, senão vejamos:

ITEM 5 - DESINFETANTE HOSPITALAR PRONTO PARA USO					
Licitantes	Quantidade	Valor Unt	Total	Variação de Preço entre propostas %	Prejuízo ao Erário
BIOHOSP	5.000	R\$ 25,93	R\$ 129.650,00		
DITRILAF	5.000	R\$ 27,25	R\$ 136.250,00	5%	R\$ 6.600,00

A Lei de Licitações e Contratos dispõe que:

“Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo **e dos que lhes são correlatos.**” (Grifo Nosso)

Depreende-se, portanto, do retrocitado dispositivo legal que, além da seleção da proposta mais vantajosa, deve a Administração, ainda, selecionar, através do processo licitatório, aquela que venha a melhor atender as suas necessidades de forma que possa ser prestado um serviço eficiente ao administrado.

Tecendo ponderações sobre o tema, Marçal Justen Filho leciona que:

“Ainda se o instrumento convocatório nada disser, o menor preço será apurado em função do custo (unitário e global) para a Administração. Menor preço não envolve apenas uma consideração a valores absolutos. O melhor preço configura-se em função da avaliação dos valores globais que a Administração desembolsará para fruição do objeto licitado. Não há defeito em se examinar questões técnicas para definir o melhor preço. Assim, o exame do rendimento e a apuração das qualidades propostas, enquanto meio de definir o melhor preço, não desnaturam a licitação. Trata-se de apurar o menor preço real – aquele que acarretará o menor desembolso (custo) para a Administração.<sup>1</sup>”

Assim, caso reforme a r. decisão de classificação da Recorrida, o Sr. Pregoeiro não atingirá a finalidade do presente certame – selecionar proposta mais vantajosa para a Administração Pública, e a única consequência disso seria o prejuízo causado a própria Municipalidade e, consequentemente, aos pacientes assistidos por esta Administração.

Sendo assim, torna-se imperiosa a manutenção da decisão que classificou e declarou a Recorrida vencedora do presente certame, face a comprovação do atendimento de sua proposta aos termos do edital, sob pena de violação aos referenciados princípios da eficiência e da supremacia do interesse público sobre o interesse privado e grave dano ao erário.

### III – DO PEDIDO

Diante do exposto, requer à Vossa Senhoria o recebimento desta contrarrazão e, considerando todos os argumentos expendidos, REQUER que seja julgado TOTALMENTE IMPROCEDENTE, tendo em vista que o produto ofertado pela Recorrida preenche todos os requisitos e exigências previstas no Edital e seus anexo, atendendo as necessidades desta Administração Pública,

<sup>1</sup> JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 11ª ed. 2005. pags. 435-436



com a segurança e eficácia esperada, devendo ser mantida incólume a decisão do Sr. Pregoeiro que classificou e declarou a Recorrida vencedora do processo licitatório.

Outrossim, caso não seja este o entendimento desta Comissão de Licitação, o que não se acredita, que faça estas contrarrazões subir, devidamente informado à autoridade superior, em conformidade com o § 4º, do art. 109, da Lei nº 8666/93.

Nesses termos,

Pede deferimento.

Conselheiro Lafaiete, 16 de setembro de 2022.

**BIOHOSP PRODUTOS HOSPITALARES S.A.**